



ENTRE OS RICOS, **CRISE** SEMPRE FOI, SIM,

marolinha

O senhor ou a senhora contribuinte, por ventura, sabe quem são os ricos do Brasil? Em que cidades moram? De onde vem e para onde vai essa fortuna? A quanto monta? De que é constituída? Pois nem os mais acurados mecanismos de rastreamento dos dinheiros alheios são capazes de puxar esses extratos com exatidão. Acessar o nebuloso mundo da quantificação da riqueza dos endinheirados encerra uma tarefa mercurial que não é para o bico de qualquer um. Nem que esse um seja o tentaculoso Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E, justiça seja feita, nem para seus congêneres em nações mais desenvolvidas.

A dificuldade está em que a maioria das investigações nesse sentido é

efetuada a partir de entrevistas. E em entrevistas – não é preciso *media training* para saber – cada um declara o que melhor lhe aprouver. Nesse caso, a conveniência pode equivaler a informar apenas o valor da ocupação formal. Ou seja, a subestimação do rendimento guarda relação íntima com o seu valor e a sua natureza, tanto menor quando ligado a salário, aposentadoria e pensão, quanto maior se angariado no mercado periférico ou em ganhos de capital. Isso pode estar relacionado não só à vontade pura e simples do cidadão de não declarar a verdade ao governo, para interditar o controle de sua riqueza, como, no caso de empregadores, ao embaralhamento entre a retirada oficial e a concretamente realizada. Por isso, é objeto de discussão se os instrumentos públicos de aferição são efetivamente confiáveis para uma

MONICA SINELLI
JORNALISTA

análise aprofundada da ponta superior da grei nativa. Se o Censo Demográfico ainda consegue capturar os ricos com relativa eficácia, é líquido e certo que seu radar não localiza as pegadas dos “muito ricos”.

ESCONDE-ESCONDE

Mas, afinal, quem são esses seres cuja imagem mal se reflete no espelho das estatísticas oficiais e que drenam grande parte da corrente sanguínea que mantém a pulsação da economia brasileira? Para chegar ao território onde se movem esses poderosos conjuntos, o economista Marcio Pochmann e equipe escanearam os (des) caminhos que levaram o Brasil ao ranking dos dez países com as maiores desigualdades sociais do mundo. Presidente do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipea) e professor do Instituto de Economia da Unicamp, ele lançou recentemente o volume 3 da “Estratificação Social no Brasil - Proprietários, Concentração e Continuidade” (Cortez Editora), ao lado de um time multidisciplinar de outros dez especialistas. Foi também o organizador do “Atlas da Exclusão Social - Os Ricos no Brasil” (este com uma equipe de mais 15 participantes), um dos raros esquadrinhamentos do

topo da pirâmide nacional. Ambos partem de dados disponibilizados pelo IBGE. A definição de classes superiores tem como paradigma a célula formada pelas famílias tradicionais e emergentes, com patrimônio caracterizado pelo acúmulo expressivo de imóveis e títulos de renda variável ou fixa, e proprietários de empresas ou ocupantes de altos cargos de direção nos setores públicos e privados.

Ao debruçar-se sobre o período de 1980 a 2000, os pesquisadores chegaram ao mapeamento de um seletíssimo universo dos cinco mil clãs mais ricos – ou 0,001% do total de famílias – do Brasil, que acumulam um patrimônio em bens e rendimentos correspondente a nada menos que 40% do PIB (Produto Interno Bruto). “Temos grandes estudos a respeito dos pobres, mas a produção de conhecimento sobre os ricos é escassa, porque eles se escondem. É mais difícil ter certeza da renda calculada por outras fontes que não o trabalho. Porém, não se pode compreender o contexto da exclusão econômica, social e política no país sem refazer a trajetória da exacerbada concentração da riqueza, que vem lá das capitania hereditárias”, afirma Pochmann. Os levantamentos revelam que “os ricos se escondem não

somente das estatísticas, mas também da sociedade e de qualquer noção de espaço público. Junto com os excluídos sociais pela miséria, conformam o outro lado da nossa cidadania incompleta”. Seja como for, bem vindos ao exclusivíssimo clube da superelite verde e amarela, que atropelou recessões, moratórias e sucessivos planos econômicos e duplicou seu contingente nessas duas décadas, espremendo ainda mais as estreitas margens da concentração de renda nacional. Desprezível do ponto de vista meramente numérico, é essa gente quem manda e desmanda no país do carnaval.

Como se explica que em um universo então com mais de 177 milhões de habitantes apenas cinco mil famílias abocanhem um acervo equiparável a todo o fluxo de renda gerado pelo país no período de um ano? O fato é que o tempo passa, o tempo voa e a elite da terra de Santa Cruz continua numa ótima. De Império à República, de agrário a urbano-industrial, de ditadura à democracia, o Brasil mantém o afunilamento na repartição do bolo de forma imperturbável. Isso se comprova pela análise dos indicadores de 1980 a 2000, quando se verifica uma variação do índice de famílias ricas de 1,8% para

De Império à República, de agrário a urbano-industrial, de ditadura à democracia, o Brasil mantém o afunilamento na repartição do bolo de forma imperturbável

2,4%, com o salto de sua renda média em relação à da totalidade das famílias brasileiras de 10 para 14 vezes. Na comparação com a renda das famílias que estão abaixo da linha da pobreza, esse distância pula para 80 vezes mais. Em São Paulo, o percentual chegou a crescer 100% nesse intervalo.

A Região Sudeste agrupa 73,5% delas – contra 67,2% no início do período –, seguida pelo Sul (10%), Nordeste (7,7%), Centro-Oeste (6,4%) e Norte (2,4%). Metade dessa casta vive em quatro cidades: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF) e Belo Horizonte (MG). Sem surpresas, São Paulo é o estado que apresenta a maior parte dos abastados, agregando 58% das pessoas integrantes de famílias com renda mensal superior a R\$ 10.982, em valores de 2003. E contribui com 47 entre os 100 municípios com maior número de ricos.

Na sequência, vêm Rio Grande do Sul (sete), Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná (seis cada uma), Santa Catarina (quatro), Pernambuco (três) e Bahia, Espírito Santo, Goiás e Paraíba (duas cada uma). Enquanto São Paulo aumentou seu peso nessas ilhas de prosperidade de 37,8% para 58%, o Rio de Janeiro despencou de 19,3% para 8,7% ao longo desse tempo.

Conforme se poderia prever, esses grupos residem nas áreas urbanas, têm em geral curso superior, são brancos e, em ordem de grandeza, diretores do primeiro escalão de empresas da iniciativa privada (40%), empregadores (28,5%) e profissionais autônomos (18%). Os maiores caixas altas do país estão no

Distrito Federal, em que a faixa dos 1% mais ricos recebe R\$ 40,7 mil por mês, número bem superior à média nacional dos 1% mais ricos em âmbito nacional, cerca de R\$ 23,3 mil. E, ao contrário do que se possa supor, não são os que batem ponto no serviço público, mas ocupantes dos primeiros escalões de empresa do setor privado, assim como a maior parte dos ricos do Nordeste. Os altos cargos do funcionalismo, no entanto, remuneraram 15% dos ricos do DF e Mato Grosso, 11,8% de Sergipe e de 19,2% do Piauí. Os poderosos de São Paulo e Rio de Janeiro são empregadores ou diretores do setor privados, sendo que em Minas e Espírito Santo o mercado autônomo também influi bastante nas fontes de renda, a exemplo do Rio Grande do Sul e Paraná, ao lado da direção de empresas privadas. O Sul, como um todo, é predominantemente empregador.



segunda maior renda dos ricos parte da Região Sudeste, onde o 1% mais rico põe na conta em média R\$ 30,6 mil por mês. Os mais ricos dos ricos encontram-se em Minas, chegando a R\$ 32,6 mil e, depois, São Paulo, com R\$ 31,8 mil. Na terceira colocação vem o Sul, em que a média mensal é de R\$ 24,5 mil, sendo a maior no Paraná (R\$ 25,6 mil) e a menor, no Rio Grande do Sul (R\$ 23,2 mil). No Norte, a média alcança R\$ 20,5 mil, entre a máxima (R\$ 22,1 mil) em Roraima e a mínima, no Amapá (R\$ 19,3 mil). Os mais pobres dos meninos ricos habitam o Nordeste, embolsando em

média R\$ 17,2 mil mensais, sendo que os mais pobres desses pobres estão no Maranhão (R\$ 14 mil) e os melhores de vida em Pernambuco (R\$ 19,4 mil por mês). Com exceção do Sudeste, os ricos do país são migrantes, principalmente nas Regiões Centro-Oeste e Norte, onde representam mais de 70% em estados como Roraima e Rondônia, o que indica que os moradores fizeram fortuna em outras regiões e regressaram para a terra natal.

QUERELAS DO BRASIL

No que Marcio Pochmann classifica como “trágica estabilidade em nosso padrão de distribuição de renda e riqueza” entram querelas históricas que marcam a formação do capitalismo brasileiro. Nesse encadeamento, exclusão social é a terminologia contemporânea para definir um processo remetente ao sistema escravocrata que atravessou mais de três séculos. Mesmo a sua abolição não significou a abertura de acesso a condições dignas de vida para parcela expressiva da sociedade: quase metade dos municípios acham-se em situação de exclusão e apenas 200 (ou 3,6% do total) apresentam um padrão adequado.

A universalização do voto, à exceção dos analfabetos, em que pese o avanço dos direitos políticos, tampouco foi suficiente para promover uma incorporação da cidadania em profundidade. Até meados dos anos 60, quando se implementa o Estatuto do Trabalhador Rural, a maioria da população, incrustada no campo, permaneceu à margem legal das prerrogativas sociais. Na observação do

economista, ainda que o país tenha atravessado as fases colonial de 1500 a 1822, monárquica, de 1822 a 1889 – agrária e baseada na posse de terra e de escravos –, e daí em diante a republicana – mais dependente do meio urbano-rural –, o jogo distributivo, mesmo com a entrada de novos *players* e mudança no perfil de geração e apropriação da riqueza, corre inalterado. “Chama a atenção o fato de o Brasil ter passado por situações tão distintas sem que terminasse realizando as reconhecidas reformas clássicas do capitalismo contemporâneo”, destaca Poshmann.

Em 2001, os 10% mais ricos seqüestravam três quartos de toda a riqueza nacional, índice superior ao registrado nos séculos anteriores. É uma confraria imunizada contra a necessidade de subtração da desigualdade e resistente – em sua compressora aliança de interesses, modelando governos nos contornos de suas fôrmas de fabricação serial de privilégios – a transformações de fato na arcaica estrutura distributiva. No máximo, um doce de leite aqui, uma cocada ali, para lubrificar as peças da engrenagem que tece a perpetuação do status quo, dentro do melhor princípio *plus ça change plus c’est la même chose*. Na linha de raciocínio dos pesquisadores, “talvez isso ajude a entender porque o Brasil se coloca em termos de experiência internacional como um dos poucos países capitalistas incapazes de realizar reformas civilizatórias no padrão de geração e distribuição de riqueza e de instaurar direitos realmente universais.

Assim, os ricos praticamente não pagam impostos, não compartilham os rendimentos de suas propriedades e ativos, preferindo a barbárie da desorganização social do que a opção – penosa para seus interesses – de construir uma nação realmente justa”. Nesse andar paquidêmico da carruagem, o conservadorismo das elites, com seu poderio econômico e político, segue infundindo embargos a uma gestão moderna do país e minando políticas públicas capazes de cancelar o extremo descompasso na repartição da renda. Do que seriam exemplo as reformas agrária, de maneira a melhor distribuir a estrutura fundiária nacional; tributária, garfando, proporcionalmente, mais os ricos que os pobres; social, para universalizar o acesso a bens, serviços e equipamentos básicos; e urbana, com a finalidade de conter a especulação imobiliária generalizada.

Não só isso não ocorreu, como novos elementos apareceram na composição quantitativa e qualitativa dos ricos, quando despontam industriais e banqueiros nacionais, fazendeiros dependentes da expansão constante da fronteira, empresários do agronegócio e agenciadores de obras e serviços associados ao gasto público. E, ainda, assalariados embutidos em órgãos do aparelho oficial, como Legislativo, Executivo e Judiciário e empresas estatais; e burocratas do setor privado, ocupando níveis intermediários especialmente das grandes multinacionais.

RIQUEZA DE PAPEL

Diferentemente de outros momentos históricos, em que a riqueza saía do

latifúndio ou da intensa industrialização, hoje ela se empareda no restrito circuito das finanças. Em razão de movimentações vinculadas ao setor financeiro, uma pequena parcela da classe média enriqueceu em um lapso de fraco desempenho econômico. Boa parte dos novos ricos brotou de atividades não produtivas, sobretudo ganhos de capital com a venda de bens – sejam imóveis, fazendas, empresas, ações, participações – adquiridos a preços baixos e vendidos supervalorizados após forte alta. Esse ciclo de financeirização da riqueza, de que fala Pochmann, suspendeu o padrão de acumulação de capital por meio de investimento no setor produtivo ou remuneração assalariada, independe de especificidades regionais e desconhece barreiras geográficas.

“Tivemos o Estado Novo (1937-1945) e o regime militar (1964-1985), justamente quando se definiu o novo pacto de poder favorável à industrialização (década de 1930) e quando o país registrou as maiores taxas de crescimento da renda (milagre econômico entre 1968 e 1973). Desde 1980, com o abandono do projeto de industrialização nacional, tem avançado no país o ciclo da financeirização da riqueza, com retorno ao modelo primário-exportador de matérias primas e produtos agropecuários. Da mesma forma que os ciclos econômicos anteriores, o padrão distributivo segue inalterado, a não ser pelo aprofundamento da desigualdade de renda e riqueza. Entre 1980 e 2000, por exemplo, quando o crescimento econômico foi píffio, praticamente dobrou em termos absolutos e relativos a quantidade de famílias ricas.

*Hoje a riqueza
se empareda no
restrito circuito
das finanças*



E se tornou, também, geograficamente mais concentrada ainda a presença dos ricos no Brasil”.

Nesse ínterim, a renda *per capita* nacional cresceu somente 0,36% como média anual, bem abaixo do que se verificou no período anterior (1960/80) – em média um aumento de 4,58%. Além de certa estagnação na evolução da renda *per capita*, assistiu-se ao predomínio de uma forte oscilação nas atividades econômicas, acompanhada da manifestação de um longo regime hiperinflacionário (1979-1994).

Segundo os estudos, a partir dos anos 90, quando mais se esperava uma melhora na distribuição de renda, o que se viu foi o crescimento de um modelo selvagem de acumulação de riqueza, em uma política econômica de corte neoliberal. “Selvagem porque – está nos livros –, ao fim das contas, por meio da dívida pública, dos juros altos e do superávit primários, o Estado transfere recursos oriundos de toda a população para as camadas mais ricas do país. Um fenômeno legal, mas injusto, que colabora para deteriorar ainda mais o já grave quadro da distribuição de renda no Brasil.

O Estado tem disponibilizado aos investidores papéis da dívida pública pagando juros muito elevados e, por-

tanto, bastante atraentes na análise dos profissionais que negociam estes ativos. O problema é que, para pagar juros tão altos, o governo tem sido obrigado a realizar superávits primários estelares, comprometendo sua capacidade de investimento e ação sobre a economia brasileira. Em palavras diretas, o governo tem arrecadado cada vez mais da população, através dos impostos majoritariamente indiretos e contribuições, e utilizado parte importante desses recursos para pagar títulos da dívida pública, beneficiando assim principalmente quem pode comprá-los, ou seja, os mais ricos. Algo, portanto, difícil de ser defendido em um país que está muito longe de alcançar índices aceitáveis de distribuição de renda”.

Cerca de 20 mil famílias no Brasil possuem algo em torno de 80% dos títulos públicos federais – por representarem ganho certo, na contramão do mercado acionário –, para os quais convergem o crédito bancário, as sobras de caixa das empresas e as fortunas pessoais, em um processo ininterrupto de transferência patrimonial via Estado para os ricos. Os estudos inferem que “o crescimento econômico e a construção da nação não se configuram mais como necessidades para a expansão do capital, promovendo-se assim o descolamento da riqueza

*Cerca de 20 mil
famílias no Brasil
possuem algo em torno
de 80% dos títulos
públicos federais*



financeira em relação à base real da economia do país. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento volta a se configurar como simples assimilação cultural e tecnológica, desprovida de potencialidades renovadoras e diversificadoras”.

RADIOGRAFIA DOS PROPRIETÁRIOS

A cartografia desenvolvida pelos pesquisadores sobre a propriedade no Brasil demonstra que somente 6% da população dominam a posse dos meios de produção. Segundo eles, à exceção dos impactos das crises financeiras locais e mundiais sobre alguns segmentos pontuais, esses proprietários juntam capital com o sustentáculo de um Estado excêntrico que, independentemente do regime político da vez, tem sido o fiador por excelência de seus ganhos desde a Colônia. Na atualidade, a banda continua a tocar pelo mesmíssimo diapásio. A guerra fiscal e a transferência de recursos sob a modalidade de juros aos aplicadores financeiros imprimem o timbre na concentração de riqueza do país. É o Estado, sempre ele, como supremo avalista da acumulação de bens *in perpetuum mobile*.

O colapso do processo de industrialização nos anos 80 interrompeu a evolução das taxas de crescimento econômico experimentadas pelo país desde 1930. A reboque, veio o endividamento estatal, estrangulando as linhas de financiamento para tocar os projetos públicos. Com a consequente queda na demanda efetiva dos empreendimentos, a iniciativa privada vai aguardar que a tempestade passe para reengatar seus investimentos produtivos.

Só que a bonança – presa no fosso da dívida externa – não virá. Na avaliação do Atlas: “Os proprietários de capital não buscaram mais elevar sua acumulação através do investimento em formação bruta de capital fixo e, deste modo, o crescimento econômico esvaiu-se. Assim, somados à desvalorização cambial importação mais caras, mecanismo de correção monetária em pleno funcionamento e crescente endividamento público interno, não tardou a surgir o fenômeno da inflação e, mais grave, da inflação inercial. Esta, por suas próprias características e aliada a planos econômicos fracassados, fez explodir as taxas da inflação brasileira a valores inesperados”.

Nos anos 90, a política de abertura comercial do governo jogou as indústrias na arena da concorrência externa, sem a contrapartida de mecanismos que significassem aumento real de competitividade. Em um ambiente de negócios recessivo, instável e inflacionário, torna-se mais vantajoso ainda lançar as fichas na ciranda financeira do que correr os riscos inerentes às atividades produtivas. Até então amontada sob a configuração de latifúndios no campo e na indústria e comércio urbanos, a riqueza, a partir daí, assume outras feições, mas com o mesmo peso. Se aqueles já não são, unicamente, os maiores ativos dos grandes proprietários, é porque, cada vez mais, a riqueza torna-se financeira. E, diga-se, enlaçada pelo capital estrangeiro, que também foi agente dessa mudança, ao contrair um

alto volume de ativos produtivos estatais e privados a preços relativamente baixos, assenhorando-se, sobretudo nos setores de utilidades públicas, de mercados fortemente rentáveis.

“Dessa maneira, mesmo as elites proprietárias ligadas à produção de bens e serviços não financeiros usufruem da enorme transferência de renda proporcionada pelo Estado endividado que paga, anualmente, volumes escandalosos de juros extraídos de recursos captados por uma carga tributária elevada. É sobre esse ponto que parece construir-se um novo pacto de poder no Brasil: na divisão, entre as elites proprietárias, dos recursos que o Estado disponibiliza na forma de pagamento da dívida pública interna. Na verdade, trata-se da quase repetição de um tema antigo e recorrente, apenas com roupagem nova: a apropriação do Estado pelas elites proprietárias brasileiras em favor, exclusivamente, dos seus interesses imediatos e de longo prazo. O perigoso é que agora essa tradição brasileira de privatização do Estado tende a levar o país à estagnação econômica”, alertam os autores das pesquisas. E complementam: “A máquina do Estado, emperrada por cortes de custos, gestão deficiente e privatizada por interesses imediatos de uma elite patrimonialista, não é capaz, por agora, de executar qualquer plano de desenvolvimento ou projeto nacional que não seja do agrado dos grandes proprietários do país”.

Em alinhamento a dados internacionais, alguns brasileiros destacam-se no clube dos proprietários super ricos

do mundo, 20 deles perfazendo uma fortuna na casa de US\$ 46,1 bilhões.

ANESTESIA GERAL

Na visão do presidente do Ipea, existem duas vias para reduzir a desigualdade: as revoluções ou as reformas de Estado, criando-se uma estrutura tributária progressiva. “A experiência internacional mostra que quando um país sai de uma ditadura para a democracia e do agrário para o urbano ocorrem transformações na estrutura social, com a alteração da renda. Esse tipo de ruptura modifica o padrão distributivo. Aqui, não temos experiência de revolução ou de reformas. A estruturação fundiária hoje é pior do que na década de 50. Não há rompimento, as mudanças se dão via acordo por cima. Nossas instituições são frágeis. É escassa a cultura democrática, com débil organização da sociedade, que parece desconhecer a dimensão do problema. O Poder Legislativo tem o papel básico de reafirmação do direito republicano no que tange a equivalência de oportunidades. Mas paira uma anestesia no enfrentamento do processo de exclusão, que se estende por quase toda a geografia nacional, mesmo que hoje existam indicadores importantes de identificação e quantificação da pobreza. Sobram partidos políticos e faltam idéias. Os meios de comunicação detêm o monopólio do conhecimento. A Educação é qualitativamente baixa. Não há acesso à tecnologia. O interesse corporativo do setor

financeiro, por exemplo, faz com que não tenhamos nem 300 bancos, frente aos nove mil existentes nos Estados Unidos e três mil na Alemanha, o que obstrui o caminho a linhas de crédito. Construímos um circuito em que o próprio Estado é o principal articulador para que não se paguem impostos. Em 24 anos de democracia, os avanços são poucos. As privatizações representaram uma transferência brutal de renda para os núcleos privados, da ordem de 15% do PIB”.

Quando o assunto se encaminha para a conjuntura de crise financeira internacional, Pochmann assinala: “A crise implica a recolocação de temas que estavam marginalizados, como emprego e pobreza. Em tese, enfraquece os grupos dominantes e traz a oportunidade de se lançar novas utopias. O jogo está sendo jogado e não indica que os ricos ficarão, necessariamente, mais ricos, embora tenham maior poder de negociação. A crise de 29 abriu a perspectiva para fazer reforma tributária, que é um tema mais presente no governo Lula sob o ponto

de vista da justiça fiscal. Mas se isso vai virar realidade é outra coisa”.

Fiquemos com a reflexão proposta pelo Atlas: “Na verdade, os ricos brasileiros são cada vez mais ricos em geral, sem adjetivos ou qualificações. Ricos globais e financeirizados, fora do seu lugar, como são todos os ricos de hoje, navegando um barco senhor de si, singrando mares cada vez mais revoltos. Não deixam de comungar os mesmos espaços, valores, leituras, utopias, tal como no passado. A diferença é que os novos ricos agora efetivamente não têm pátria. Mais que isto, abriram parcialmente mão do pesado fardo de serem exploradores do trabalho e de terem que produzir mercadorias dotadas de valor de uso. Residem na esfera da circulação, onde o capitalismo sempre se sentiu em casa. Não é o caso de persegui-los ou execrá-los, os ricos, pois ocupam um espaço aberto pela política econômica e pela globalização das finanças. O desafio é integrá-los à nação e ao desenvolvimento econômico acionado por políticas de redução da desigualdade. A sua rentabilidade pode e deve cair sem que deixem de ser necessariamente ricos”.

monicasinelli@globo.com

NOTAS

1. “Estratificação Social no Brasil - Proprietários, Concentração e Continuidade” (Cortez Editora) – Organização: Marcio Pochmann, Ricardo Amorim, Alexandre Guerra e Ronnie Aldrin. Participação: Fabio Monteiro Vaz, Marcelo Benedito, Marcos Oliveira, Marco Antonio Pereira, Maurício Fronzaglia, Rodrigo Coelho e Valter Ponte.

2. “Atlas da Exclusão Social - Os Ricos no Brasil” (Cortez Editora) - Organização: Marcio Pochmann, André Campos, Alexandre Barbosa, Ricardo Amorim, Ronnie Silva. Participação: Alexandre Guerra, Claudia Cirino, Claudia Magalhães, Eduardo Abud, Enzo Couto, Estanislaw de Freitas, Juilana D’Ávila, Marcelo Benedito, Marcelo Phintener, Marcos Paulo de Oliveira e Thiago Ribeiro.